



Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil  
Rua Barão do Rio Branco, 1236, Salas 110 a 113  
Centro • Fortaleza(CE) • CEP 60025-061 • CGC: 104904640001-87  
Fone: (085) 3221-4702 • Fax: (085) 3226-2477  
Homepage: <http://www.afbnb.com.br> - E-Mail: [afbnb@afbnb.com.br](mailto:afbnb@afbnb.com.br)

## Decisão de hoje afetará todo o corpo funcional no futuro Diretoria da AFBNB chama à reflexão sobre o novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR)

A AFBNB defende o direito inalienável dos funcionários receberem o passivo trabalhista. No entanto, questiona a forma como o Banco conduziu o processo de negociação do PCR, inclusive com a manutenção de uma curva salarial rebaixada.

Após um período de aproximadamente dois anos, entre formatação e negociação do novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR), o Banco do Nordeste do Brasil chegou a um ponto em que não está mais disposto a avançar no atendimento das demandas apresentadas pelos funcionários por meio das suas entidades representativas.

A Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB), como uma das entidades integrantes da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/CNB-CUT), participou de todo o processo de negociação com o Banco, colocando-se de maneira firme na defesa dos interesses dos funcionários. Entretanto, a fim de que os funcionários compreendam a posição da AFBNB diante da proposta final apresentada pelo Banco para o novo PCR, é necessário que se faça todo um resgate dos fatos e posicionamentos, de modo que se possa ter uma visão mais abrangente da questão.

Inicialmente, foi instituída uma comissão paritária em junho de 2003, composta por um representante do Banco e um das entidades representativas. A expectativa das entidades era formatar um PCR compatível com uma instituição de desenvolvimento regional e não conformado às referências de bancos de mercado – e que, além disso, pudesse resgatar direitos suprimidos pela gestão anterior.

Após conclusão dos estudos, em dezembro do mesmo ano, o Banco não acatou a proposta da comissão, impôs a contratação de uma assessoria externa e instituiu as oficinas de modelagem, composta por esta assessoria e funcionários indicados pelo Banco e pela Comissão Nacional. Após a conclusão das oficinas, realizadas entre maio e outubro de 2004, as entidades representativas dos funcionários do BNB avaliaram que, dentre outros problemas, o Plano formatado apresentava uma curva salarial dos cargos bastante rebaixada, não atribuindo valores compatíveis com um banco de desenvolvimento; não reconhecia direitos dos funcionários, a exemplo da isonomia quanto a promoções; apontava para o aumento de valores nas funções, em especial nas gerenciais, em detrimento das funções técnicas, mantendo a mesma política da gestão anterior, sugerindo a idéia de manter sob controle grande parte dos funcionários.

Insatisfeitas com o resultado das oficinas de modelagem, as quais trabalharam prioritariamente o referencial conceitual do plano, as entidades (com o apoio da AFBNB) criaram um grupo específico. Reunido durante o período de 08 a 25/11/2004, este grupo trabalhou em uma proposta alternativa, como forma de melhorar o Plano apresentado pelo Banco, sugerindo mudanças que melhor atendessem aos anseios do funcionalismo.

Com base nesse trabalho, iniciou-se, então, um processo de negociação, em que as entidades, compreendendo que a proposta do Banco não era a ideal, tentaram reverter essa situação. O objetivo foi apresentar alternativas viáveis, buscando o atendimento das questões apontadas pelo funcionalismo, a exemplo da melhoria dos interníveis do plano de cargos para 4%. Muitas vezes, durante o processo negocial, as entidades tiveram a maior flexibilidade possível, atuando com serenidade e tendo a coragem de assumir determinados pontos que poderiam ser de conflito com

uma parte dos funcionários, a exemplo da retirada do cargo de Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE). Isto tudo pela necessidade de avançar no conjunto do Plano, a fim de se aproximar das demandas funcionais.

No sentido de pressionar a Direção do Banco, foi realizada uma manifestação dos funcionários no Passaré, no dia 30/03 deste ano. Além disso, a AFBNB emitiu diversos comunicados ao funcionalismo, com esclarecimentos sobre o PCR, informando sobre a proposta do Banco e o que havia avançado nas negociações. Também foram realizadas visitas a algumas unidades do BNB, tanto pelos dirigentes dos sindicatos como pelos diretores da AFBNB. Nesse período, foi externada, ao conjunto do funcionalismo, a necessidade de o Banco compreender que as entidades já haviam cedido muito e que algumas questões precisavam ser resolvidas para melhorar o Plano.

Durante o processo negocial, além de o Banco atuar, na maioria das vezes, de forma intransigente, avançando pouco nas negociações e postergando informações, vinculou o acordo das ações do passivo das promoções (impetradas pelos sindicatos dos bancários do Ceará, Rio Grande do Norte, Itapetinga e Vitória da Conquista) à aprovação do PCR. Sobre este aspecto, a AFBNB, como já colocado em um dos seus últimos comunicados, não se furtará a lutar para que o direito que está sendo assegurado àqueles que entraram e ganharam na justiça seja estendido a todo o funcionalismo do BNB, na perspectiva de que o direito às promoções foi expurgado criminosamente pelo gestor anterior e não está sendo reconhecido integralmente pela gestão atual.

Apesar de as entidades reconhecerem que houve avanços em relação à primeira proposta do Banco, fruto da persistência e argumentação dos negociadores, determinação dos dirigentes da AFBNB de se colocarem e trazerem propostas à Comissão Nacional, além do respaldo do conjunto do funcionalismo, houve um impasse na última rodada. Na ocasião, a direção do BNB alegou não poder avançar mais, estabelecendo como definitiva a sua proposta. Dessa forma, as entidades decidiram convocar assembleias a se realizarem até o dia 08/06.

É por fatos como os aqui narrados que a AFBNB, embora participante desse processo, compreende que não é possível deixar de colocar com clareza essas questões, haja vista que o Banco não cumpriu o atendimento de questões fundamentais trazidas à mesa de negociação pela Comissão Nacional.

O que se percebe é que o Banco, pelo fato de já ter apresentado resultados financeiros favoráveis e, principalmente, por explicitar com frequência o seu compromisso com os funcionários, deveria avançar nas suas propostas e se colocar diante do governo, a fim de garantir, de fato, uma melhoria no padrão salarial de seus funcionários, estimulando-os a permanecerem na Instituição. É um risco para o futuro do BNB um PCR com as distorções que se apresentam – o que pode levar a uma desvalorização do seu quadro de pessoal, a uma avassaladora disputa por funções, a uma enxurrada de ações trabalhistas.

No processo de aprovação ou não da proposta do BNB para o novo PCR, a próxima etapa é a orientação política a ser dada pelas assembleias dos sindicatos. É sabido que a Direção do Banco só deverá apresentar o PCR ao Governo Federal após receber o respaldo da maioria do corpo funcional, representado pelo resultado das assembleias.

Considerando a importância desse momento e a necessidade de que haja a participação da maioria dos funcionários, sugerimos que as assembleias sejam descentralizadas, ou seja, dentro das unidades. Conclamamos, assim, que cada funcionário faça uma reflexão sobre todo o processo, compareça à assembleia, analise as argumentações ali colocadas e não referende o PCR, visto que a proposta ainda não é satisfatória para o conjunto dos funcionários. É importante que o resultado das assembleias pressione a Direção do BNB a reabrir as negociações e exija a aprovação do Plano o mais rápido possível, apresentando um PCR que seja digno da importância do seu corpo funcional.

Assim, consideramos que é necessário que o PCR garanta, além do já negociado, as seguintes questões:

- Um ajuste de 4% para todos os funcionários, como forma de transição para o novo PCR, garantindo incrementos diferenciados deste valor tanto para os que têm ação judicial como para aqueles que tenham o mesmo direito por conta de isonomia salarial;
- Garantia de isonomia salarial a todos os funcionários que tiveram o seu direito a promoção aviltado pela gestão anterior, permitindo assim que tenham os mesmos incrementos salariais daqueles que tiveram o direito por estarem com ação judicial;
- Garantia de incremento no salário de ingresso, repercutindo na curva salarial dos cargos, independente das promoções por merecimento ou antiguidade, de forma a que os funcionários sejam prestigiados (considerando que trabalham em um banco de desenvolvimento);
- Maior estudo quanto ao processo de ascensão e acesso às funções; valorização e equilíbrio em relação às funções técnicas e gerenciais; incrementos mínimos em todas as funções; e retorno do cargo de TDE.

Entre o PCR ideal e o PCR possível, ainda há questões que merecem ser discutidas. Por isso, a AFBNB vem externar o seu descontentamento pela falta de sensibilidade, manifesta incapacidade em resolver determinadas questões e postura intransigente adotada pela Direção do Banco durante o processo negocial. Por fim, reitera a importância de se refletir sobre a proposta atual, para que o funcionalismo não corra o risco de aprovar um Plano sem conhecê-lo a fundo – ação que trará conseqüências para o futuro de todo o corpo funcional.

Diretoria da AFBNB

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.